

CRÔNICA DA IGREJA DA CONCEIÇÃO DOS MILITARES

É para lamentar o extravio da parte mais antiga do arquivo da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, proprietária da igreja da mesma invocação, situada na Rua Nova. Parece que o extravio desses papéis é anterior à segunda metade do século XIX, pois de inventários dos livros e objetos do arquivo, datados de 1.IX.1862, 26.I.1864 e 22.V.1867, se comprova que já então não se guardava ali a documentação relativa ao período que vai da construção da igreja, por volta de 1723, até o começo da terceira década do século passado.

Tal fato torna impossível a reconstituição da história da Igreja; nem há meios para, indiretamente, acompanhar as várias fases de sua construção, pois os poucos cronistas que escreveram no século XVIII a ela não se referem com detença.

De papéis que se guardam no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa - e aqui utilizados pela primeira vez - se verifica que no ano de 1722 os sargentos e soldados do terço de infantaria da guarnição do Recife, do qual era então Mestre de Campo o pernambucano D. Francisco de Sousa, resolveram fundar uma Irmandade sua e erigir uma Igreja, onde fossem sepultados. Para tal solicitaram permissão ao Governador da Capitania de Pernambuco, que era então D. Manuel Rolim de Moura, alegando a decisão que tinham tomado, indicando que Nossa Senhora da Conceição seria a sua padroeira e acrescentando que na Irmandade e nas suas festividades não se intrometeriam os oficiais maiores do seu Terço, com exceção do seu Mestre de Campo, a quem iriam convidar para ser o primeiro Juiz dela, se assim o quisesse. O requerimento em que se dirigiam ao referido Governador está sem data, mas o despacho deste em que determinava que fosse ouvido a respeito o Mestre de Campo está datado do Recife em 20 de outubro de 1722 e a decisão final em que (depois de recebida a informação) concedia a permissão solicitada, é de 27 do mesmo mês e ano.

No mês seguinte solicitaram licença ao Cabido, por estar vago o Bispado, para a fundação da irmandade e a construção da Igreja, obtendo despacho favorável em 23 de novembro de 1722.

Para as despesas da construção concordaram os aludidos militares que contribuiriam mensalmente com um tostão do seu soldo, o que, segundo um cálculo de 1726, representava cerca de 250\$ por ano (seriam, pois, pouco menos de 210 os sargentos e soldados reunidos em Irmandade).

Menos de dois anos depois de obtidas as licenças, em 30 de agosto de 1725, o Sargento-mor engenheiro de Pernambuco, Diogo da Silveira Veloso, a pedido dos interessados, atestava que da Igreja estava feito todo o alicerce, levantadas algumas paredes, mas não o frontispício, estando concluída apenas a capela-mor. Que as obras feitas ele as avaliava em 1:455\$; que as de pedreiro a realizar as avaliava em 2:200\$ e as de carpinteiro, a saber, a coberta da nave, capela-mor, coro e sacristia, as portas e as janelas de almofada, o púlpito e os "caixões" da sacristia para os paramentos, avaliava em 1:600\$.

Impossibilitados os soldados de levar ao fim a obra iniciada, pelo atraso grande com que se lhes satisfazia os soldos e pela carestia dos gêneros de primeira necessidade - e apontavam um exemplo que "o pão da terra estava a dez patacas o alqueire e o mais comestível a esse respeito excessivamente caro" - solicitaram em 1725 ao Rei de Portugal, que era então D. João V, um auxílio para conclusão da Igreja. O pedido veio ao Provedor da Fazenda Real em Pernambuco, João do Rego Barros, a informar. Novamente o sargento-mor engenheiro Diogo da

Silveira Veloso ofereceu seu parecer, em data de 12 de setembro de 1726. Nele escreveu que estava feita apenas a capela-mor, pequena parte das paredes da nave e todos os alicerces e que as despesas para concluí-la, incluindo as obras de pedreiro e carpinteiro, ele as avaliava em 2:000\$, por haver já algum material reunido para o trabalho. Com parecer favorável do Provedor da Fazenda o requerimento voltou ao Rei, mas da sua decisão final nada conseguiu averiguar.

Do que fica exposto pode-se concluir que a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares teve sua construção iniciada por volta de 1723, com o que se poderá corrigir informação do cronista pernambucano F. A. Pereira da Costa (1851-1927) de que "já estava construída em 1710".

O ano de 1723 parece tanto mais aceitável quanto é de 8 de dezembro desse ano – e nesse dia se comemora Nossa Senhora da Conceição - o mais antigo termo de entrada de Irmãos da Irmandade proprietária.

Há aqui na documentação manuscrita consultada um hiato de oitenta anos. Os papéis de data mais remota que, a respeito da construção da Igreja, se conservam no seu arquivo, são de 1803. Nesse ano há referências a "ambos os púlpitos" da Igreja, ao "painel do trono" e a muitos pagamentos feitos para a "obra da torre" ou para a "fatura da torre". Crispim Paes Varela era o "Mestre da obra da torre". Para ela fundiu sinos o Mestre Manuel Vicente de Siqueira (1804-05).

Depois das despesas elevadas então realizadas, a Irmandade passou alguns anos a restabelecer as suas economias. Alguns artistas fazem pequenos trabalhos: Manuel de Jesus Pinto, pintor bem conhecido, prateia e pinta alguns objetos do altar (1807 e 1812); os ourives João da Fonseca, Luís Antônio Peniche e João Gomes Vanderlei limpam a prata do culto (1809 e 1814); em 1812 paga-se \$400 "pelo conserto de uma figura que caiu da capela-mor" e 23\$ "do conserto da capela-mor". No ano seguinte, 1813, adquirem-se oito espelhos "para os caixões da Sacristia" a \$480 cada um.

Novo período se sucede, entre 1814 e 1829, do qual não se conservou documentação. No período de 1830-31 fazem-se obras na Igreja - que não se especificam quais sejam - de pedreiro, carpina, canteiro e pintor, assentando-se 72 vidros nos caixilhos da Igreja.

O pintor José de São João de Deus foi encarregado do "retoque da encarnação da imagem de N. S. da Conceição e anjos que tem a dita imagem" (1831); Leandro Dias pinta a estante do altar e põe letras nas credências ao mesmo tempo que José Julião Dias conserta o nicho de São José, que é pintado por José da Fonseca Galvão, e Manuel Pereira de Sá faz pequena obra na coroa de ouro da padroeira (1832). Em 1835 fazem-se os caixilhos de 4 janelas (de guilhotina) do consistório, assentando-se 160 vidros; João Crisóstomo faz 4 tocheiros e conserta as sanefas da sacristia. Em 1837 o marceneiro Joaquim Dias de Sant'Ana Jr. faz gradames para o altar-mor e para os dois altares laterais; em 1838 Domingos Rabelo da Luz faz a grade de ferro que fechava o arco da capela-mor (retirada quando das obras de restauro feitas pela DPHAN). Em 1840 compra-se um arquivo para o consistório.

Dez anos depois, em 1850, manda-se fazer uma cruz grande de prata, obra de José Inácio de Assunção, que pesou 12 libras e meia e 46 oitavas; ao mesmo artista se encarregava, em 1855, o feitio de uma lâmpada de prata, para cuja obra recebeu alguma prata da "velha lâmpada grande". Mas o artista fugiu e ainda em 1867 a Irmandade procurava reaver o perdido, por constar que artista estava em Maceió. No ano de 1855 José Francisco Bento faz quatro grades de ferro que protegem os vãos das janelas da sacristia; Francisco Martins dos Anjos

Paula, mestre carpina faz obras na cobertura da Igreja, e Isidoro Rompecke, mestre pedreiro, diversas obras nas paredes laterais e torre, onde foram colocados dois sinos novos. Em 1856 faz-se "uma grande estante nova, ricamente dourada e dois tocheiros" para o cantochão e Joaquim Hilário de Assunção faz concertos na talha da capela-mor; em 1857 pagam-se 16\$ ao mesmo marceneiro por duas estantes para os altares; o pintor Caetano da Rocha Pereira faz vários trabalhos de sua arte e douramento e o "envernizamento dos quatro painéis da Igreja". Em 1858 foi adquirida por 800\$ "uma custódia de prata dourada, rica", pesando 1.034 oitavas, a qual "foi paga pela entrega de 3.916 oitavas de prata de diversas obras sem uso, velhas".

Em 1868 projetam-se obras na capela-mor, tendo o desenhista Bernardino de Oliveira Coragem apresentado dois projetos, um para madeira e outro para estuque; resolveu a Irmandade que se pedissem orçamentos a artistas habilitados, no caso em que "não se pudesse fazer um conserto na entalha antiga, que oferecesse duração". Esta solução de realizar os concertos prevaleceu, constando que o pintor Vital apresentou uma proposta para "realizar reparos na capela-mor e nos dois altares laterais, pondo algumas peças que faltam, pintando e dourando pela quantia de 4.000\$, sendo 1:000\$ para o ouro". Achou-se, porém, ser de maior urgência a colocação de duas colunas para sustentar o coro, sendo sugeridas colunas de cantaria, colunas de ferro, colunas de arenito dos arrecifes e, finalmente, de alvenaria, que foi o material na verdade utilizado.

Em 1869-70 fazem-se grandes despesas com o douramento da talha da nave, trabalho de que se encarregou Bernardo Luís Ferreira; em 1870 o pintor Francisco Dornelas Munduri contratou o douramento da capela-mor, dos dois altares laterais, do arco-mor e a restauração em dois painéis que ficam por cima dos ditos altares laterais. Em 1869 resolveu-se retirar a barra de azulejo da nave, por se achar "muito incompleta".

Os fatos posteriores não têm interesse. Depois de 1883 não se conservaram os livros de atas, nem os registros de receitas e despesa da Igreja.

Entre os irmãos encontrei referências aos seguintes que foram artistas: João da Fonseca Teles (entrada em 21.I.1760) e João Gomes Vanderlei (18.I.1808), que foram ourives, e José de Oliveira Barbosa (23. VIII. 1793), que foi pintor, autor do risco do frontispício da Igreja de São José de Ribamar e do retrato de D. Tomás José de Melo.

Fonte: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Diário de Pernambuco**. Recife, 19 jul., 1970.